



PANORAMA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS PARCEIROS E PRODUTOS (1997-2020)

PANORAMA DEL COMERCIO EXTERIOR BRASILEÑO: EVOLUCIÓN DE LOS PRINCIPALES SOCIOS COMERCIALES Y PRODUCTOS (1997-2020)

OVERVIEW OF THE BRAZILIAN INTERNATIONAL TRADE: EVOLUTION OF MAIN TRADING PARTNERS AND PRODUCTS (1997-2020)

Romeu Bonk Mesquita¹ 

Edgard Monforte Merlo² 

Amaury Patrick Gremaud³ 

Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo: Este artigo apresenta um panorama do comércio exterior brasileiro entre 1997 e 2020, destacando a evolução das relações comerciais com os três principais parceiros e as exportações de cinco produtos: soja, milho, café, carne e frango. Em seguida, levanta a discussão sobre a reprimarização da pauta exportadora brasileira à luz das teorias de comércio exterior, questionando a recente tendência de interpretação de que a América Latina estaria regredindo ao modelo agroexportador. Os resultados revelam múltiplas tendências da economia e do comércio brasileiro: a participação do comércio exterior no PIB mostrou-se estável e baixa durante todo o período; o aumento da participação de produtos agroindustriais nas exportações não se refletiu em maior participação do agronegócio no PIB; o mercado doméstico consome parcelas significativas da produção dos produtos analisados; os produtos analisados apresentaram ganho de produtividade e de consumo doméstico. Assim, o artigo conclui que o Brasil possui características híbridas e não pode ser simplesmente caracterizado como uma economia agroexportadora, apesar da crescente importância que vem adquirindo o agronegócio no comércio exterior no contexto latino-americano. Por fim, sugere-se possibilidades de novos estudos para expandir a análise para a região da América Latina.

Palavras-chave: Comércio Exterior; Balança Comercial; Agronegócio; Commodities; Desenvolvimento Econômico.

¹ Mestre em Relações Internacionais e doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. E-mail: romeu.mesquita@usp.br

² Professor Associado da FEARP/USP e do Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (PROLAM/USP), Professor Mestrado FCAV/UNESP. E-mail: edgardmm@usp.br

³ Professor Doutor da FEARP/USP e do Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: agremaud@usp.br

Resumen: El artículo presenta un panorama del comercio exterior brasileño entre 1997 y 2020, destacando la evolución de las relaciones comerciales con los tres principales socios, y las exportaciones de cinco productos: soja, maíz, café, carne y pollo. En seguida, plantea la discusión sobre la reprimarización de las exportaciones brasileñas a la luz de las teorías del comercio exterior, cuestionando la pertinencia de caracterizar esta tendencia como un retorno de América Latina al modelo agrario-exportador. Los resultados revelan múltiples tendencias en la economía y comercio brasileños: la participación del comercio exterior en el PIB se mantuvo estable y baja durante todo el período; el aumento en la participación de productos agroindustriales en las exportaciones no se reflejó en una mayor participación de la agroindustria en el PIB; el mercado interno consume porciones significativas de la producción de los productos analizados; los productos analizados mostraron ganancias en productividad y consumo interno. El artículo concluye que Brasil tiene características híbridas y no puede caracterizarse simplemente como una economía agrario-exportadora, a pesar de la creciente importancia del agronegocio en el comercio exterior. Finalmente, planteamos posibilidades para que nuevos estudios avancen en la discusión hacia toda la región latinoamericana.

Palabras-clave: Comercio Exterior; Balanza Comercial; Agronegocio; Materias Primas; Desarrollo Económico.

Abstract: The article presents an overview of the Brazilian international trade from 1997 to 2020, highlighting the evolution of the three main commercial partnerships, as well as the exports of five goods: soybean, corn, coffee, meat and chicken. Then, it raises the discussion on the reprimarization of Brazilian exports, and whether it is adequate to characterize this trend as a return of Latin American economies to the agrarian exporting model. Results reveal multiple trends of Brazilian economy and trade: the trade-to-GDP ratio has been steady and relatively low throughout the period; the increased share of agroindustrial products in exports has not resulted in a bigger share of agribusiness in the GDP; domestic market absorbs a significant share of the production of analyzed goods; domestic consumption and productivity of analyzed goods have shown steady increase in the period. Thus, the article concludes that Brazil is a country with hybrid characteristics and cannot be simply considered an agrarian exporting economy, despite the increasing importance of agribusiness to international trade. Finally, we suggest ways that new studies can further advance this analysis to Latin America as a whole.

Key-words: International Trade; Trade Balance; Agribusiness; Commodities; Economic Development.

DOI:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.178485](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.178485)

Recebido em: 24/11/2020

Aprovado em: 29/06/2021

Publicado em: 01/07/2021

1. Introdução

O Brasil, com o restante da América Latina, passou por uma abertura econômica no fim dos anos 1980 e início dos 1990, num contexto internacional atrelado ao início do Consenso de Washington, e doméstico ligado ao fim da Ditadura Militar, ao agravamento da crise da dívida e ao fim das políticas de industrialização dirigida pelo Estado (BÉRTOLA; OCAMPO, 2010). Neste período, no governo Sarney e especialmente no governo Collor, o Brasil derrubou grande parte das barreiras tarifárias e não-tarifárias vigentes (GREMAUD; DE VASCONCELLOS; TONETO JR., 2004). Desde então, o Brasil passou por mudanças na estrutura produtiva e nos padrões de trocas internacionais.

Dois processos históricos contribuíram para novas conformações de inserção do Brasil à economia global: o MERCOSUL e a ascensão da China. Mesmo que nem todos os objetivos do MERCOSUL tenham sido alcançados⁴, houve crescimento do comércio entre os seus membros. Este comércio, apesar da presença de bens primários, possui forte participação de bens industrializados. Por outro lado, a ascensão chinesa e sua grande demanda por commodities primárias pressionou os países latino-americanos rumo a um aumento da participação destes produtos na pauta de exportação (DE NEGRÍ; ALVARENGA, 2010).

Estes movimentos vêm suscitando uma retomada dos debates cepalinos dos anos 1940 a 1960 nos quais discutiam-se as potencialidades e limites do modelo agroexportador para a América Latina e sua relação com o subdesenvolvimento. Atualmente, o crescimento das exportações de bens intensivos em recursos naturais passou a ser uma oportunidade para algumas economias, mas há fortes receios, pois a reprimarização da pauta

⁴ O MERCOSUL buscou consolidar um mercado regional mais forte com a intensificação dos fluxos regionais de comércio e a regionalização das cadeias produtivas, além de atrair investimentos estrangeiros e aumentar o poder de barganha regional em negociações internacionais.

exportadora estaria associada à desindustrialização e à manutenção de um atraso estrutural da economia brasileira.

Informado pelo debate do pós-segunda guerra, este trabalho discute alguns elementos relacionados às mudanças no modo de inserção da economia brasileira e a importância do setor agroindustrial dentro dessa nova realidade. Algumas das perguntas que guiaram o trabalho foram: como tem se modificado a pauta de exportações nessa nova configuração internacional? Qual tem sido o saldo da balança comercial com os principais parceiros brasileiros e quais são os produtos mais exportados? Com as respostas, espera-se poder discutir a hipótese de reprimarização do comércio internacional do país e suas implicações.

O período abordado, em função da restrição e homogeneidade metodológica dos dados, vai de 1997 até 2019, e quando possível 2020. Neste período a abertura comercial brasileira já se consolidou e observa-se a queda da participação industrial no PIB brasileiro. O trabalho está focado, por um lado, no avanço da importância chinesa como parceiro comercial e, por outro, na cadeia do agronegócio como setor produtivo e exportador. Utilizam-se dados do IBGE, IPEAdata, Banco Mundial, ComexStat, e indicadores produzidos pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da ESALQ/USP. Os dados incluem a evolução da participação do agronegócio no PIB, evolução da balança comercial, das exportações e importações no PIB, balanças comerciais com os principais parceiros, perfil da produção e exportações de cinco commodities agropecuárias selecionadas (soja, milho, café, carne bovina e frango), pertencentes à lista dos 10 produtos mais exportados pelo Brasil.⁵

⁵ Algumas construções de indicadores têm seu detalhamento apresentado no Apêndice, no final do artigo. Os dados foram colhidos nos sites das instituições referidas nos meses de agosto e setembro de 2020.

2. discussão da bibliografia e contextualização histórica

A criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) pode ser considerada um marco no estudo das razões para o subdesenvolvimento da América Latina. Conforme Celso Furtado (1970), a característica definidora das economias latino-americanas, entre o período colonial e as primeiras décadas do Século XX, é a de agroexportadoras, isto é, exportadoras de produtos primários e consumidoras de manufaturas. A heterogeneidade estrutural destas economias, bem como sua vulnerabilidade externa, já era debatida desde o texto pioneiro de Raul Prebisch, em 1949 (PREBISCH, 2000).

Estas economias se caracterizariam por ter elevada participação do setor exportador na economia, sendo este o setor econômico dinâmico, que se completa, dentro do dualismo que marca estas sociedades, por outros setores econômicos de baixa produtividade e dinamismo. Outra característica é o seu elevado coeficiente de importação, onde as importações responderiam por grande parcela do consumo destas sociedades. Tavares (1983) destaca esta separação entre uma estrutura de produção concentrada em poucos produtos primários exportáveis e um padrão de consumo que só pode ser efetivado por uma pauta de importações fortemente diversificada e recheada de produtos manufaturados. Tal separação conduz a uma grande vulnerabilidade das economias latino-americanas.

Tavares (1983) argumenta ainda que a economia brasileira seria estruturalmente vulnerável não apenas por esta heterogeneidade entre produção e consumo, mas também em função das oscilações dos preços dos poucos produtos exportáveis, além de destacar a deterioração dos termos de troca destas exportações, já apresentada no texto de Prebisch e que ficou conhecida como tese Prebisch-Singer (dada a convergência com os trabalhos do economista Hans Singer). A tese da deterioração dos termos de troca, ou seja, da tendência de queda relativa dos preços de

exportação frente aos de importação das economias latino-americanas, acabaria por colocar em dúvida a repartição dos ganhos do comércio internacional no longo prazo quando países se concentram e se especializam nas exportações de poucos produtos primários. A baixa demanda, no longo prazo, dos produtos primários, em comparação com os manufaturados, relacionada a uma elasticidade-renda da demanda de parte dos produtos primários inferior a 1, é uma das bases da tese Prebisch-Singer.⁶

Estes são alguns dos problemas de uma economia especializada na produção de poucos bens primários, com elevada heterogeneidade interna, o que entorpecia seu desenvolvimento e conduzia a economia a crises sistemáticas. Tais crises sistemáticas se traduziam em uma tendência crônica de desequilíbrio externo, desemprego, inflação e, em última instância, subdesenvolvimento, como destacado em outro texto de Celso Furtado (1966).

A realidade dos países latino-americanos nesta fase agroexportadora e seus problemas para o desenvolvimento possuem amplo debate na literatura. Bulmer-Thomas (1995) fez um balanço das economias latino-americanas e concluiu que elas experimentaram crescimento sustentado pelas exportações de algumas commodities. Porém, este crescimento foi inferior ao dos países centrais, a não ser por exceções como Argentina e Uruguai, que decorreram de diferenciações dentro do modelo agroexportador, como: a diversificação das exportações, mesmo que primárias; certa “sorte” no fato de suas exportações primárias não terem as características típicas que conduziriam a uma tendência de deterioração de seus preços; ou um *linkage* mais forte entre o setor exportador e os setores domésticos destas economias. Nestes casos, ainda que com uma série de problemas, economias como a da Argentina antes da década de

⁶ Vários debates ocorreram sobre a validade da tese e o próprio Prebisch (1986) voltou ao tema anos depois da formulação original. Para o Brasil, Kannebley e Gremaud (2003) encontram uma tendência, apesar de pequena, de deterioração, mas o movimento é marcado por algumas rupturas e pelo comportamento cíclico.

1930 tiveram crescimento econômico per capita compatível com o desenvolvimento das economias mais avançadas.

A questão que se coloca para as economias latino-americanas que voltaram a se reprimarizar é até que ponto esta reprimarização ocorre nos moldes das antigas economias agroexportadoras? As questões de vulnerabilidade e entorpecimento do desenvolvimento voltaram a ser válidas?

A saída cepalina para as dificuldades de desenvolvimento das economias agroexportadoras era a industrialização conduzida pelo Estado. Segundo Fonseca (2009), o crescimento da produção e a complexidade da cadeia industrial teriam origem endógena no seio do próprio modelo agroexportador. O entendimento cepalino atribuía ao Estado um papel de catalisar esse processo por meio de políticas de desenvolvimento produtivo favoráveis à indústria. Conforme Lima e Santos (2001), o desenvolvimento das economias nacionais mediante a industrialização foi adotado como política de Estado, cuja execução no Brasil foi possível devido a um sólido consenso político nacional que durou do fim dos anos 1940 até os anos 1980, no que ficou conhecido como industrialização dirigida pelo Estado, ou industrialização por substituição de importações (ISI).

Nos anos 1980, chegou ao fim o consenso político sobre a industrialização dirigida pelo Estado. Parte das políticas de desenvolvimento produtivos foram encerradas e a economia brasileira passou por profundas transformações. Iniciou-se a perda de participação relativa da indústria na renda nacional e o crescimento dos bens primários na pauta de exportação. O setor agrícola brasileiro, com uma crescente capacidade de articulação política, deixou de ser discriminado negativamente, já que a proteção à indústria implicava em transferência de renda do setor primário ao secundário por meio de mecanismos como a apreciação cambial (HELFAND, 2000). A modernização do setor agrícola se acentuou com o aumento da produtividade, além de uma diversificação da

produção e das exportações (BACHA; VINICIOS DE CARVALHO, 2014; RADA; HELFAND; MAGALHÃES, 2019).

Parte dessa transformação pode ser atribuída a mudanças no cenário internacional. O crescimento econômico da Ásia e sua demanda por matérias-primas se tornou um incentivo para a concentração das estruturas produtivas latino-americanas em bens intensivos em recursos naturais, dadas as vantagens comparativas que a região desfruta. Esta reconfiguração da economia e do comércio brasileiro revitalizou o interesse pelos debates travados dos anos 1940 a 1960, tendo como foco a discussão sobre se a América Latina como um todo, e o Brasil em especial, estaria voltando ao modelo agroexportador.

Neste sentido, existe a discussão de que a tendência negativa dos termos de troca deveria ser reconsiderada em função da ampliação da demanda decorrente de novos consumidores como China e Índia. Outra colocação que também reconsidera a tese Prebisch-Singer diz respeito à composição da nova pauta exportadora com maior participação de bens primários ou intensivos em recursos naturais. A tese de deterioração dos termos de troca depende de quatro elementos: a) baixa diversificação da pauta exportadora, mesmo que concentrada em produtos primários; b) que estes produtos tenham uma demanda com elasticidade-renda menor que 1; c) que os produtos sejam negociados em ambientes concorrenciais; d) que na base do processo produtivo destes bens haja condições de produção em situações conforme os chamados modelos *à la Lewis* (onde não existem limites de oferta em parte dos fatores de produção).

Assim as perguntas que se colocam são: i) se a ampliação da demanda decorrente do consumo asiático altera a tese da deterioração dos termos de troca e; ii) se a nova pauta de exportações possui (ao menos parte) as condições acima levantadas, se assemelhando ou não à pauta exportadora das economias agroexportadoras do século passado.

Segundo análise feita por Erten e Ocampo (2013), o crescimento sustentado da demanda por matéria-prima em países emergentes como Índia e China, induziu a um processo de superciclo dos preços das commodities a partir do início dos anos 2000, particularmente para o caso dos produtos da mineração. No entanto, a média de preço das commodities (exceto petróleo) no superciclo recente costuma ser mais baixa do que a média de preços no superciclo anterior, o que daria fôlego à tese Prebisch-Singer. Esta visão é reafirmada por Ocampo (2017).

Como afirmam Pamplona e Cacciamali (2017), os motivos que levam parte da literatura a entender a abundância de recursos naturais como uma “maldição” vão além da deterioração dos termos de troca. Estes autores destacam a chamada doença holandesa, quando a exportação de commodities leva à apreciação do câmbio, que por sua vez acarreta perda de competitividade do setor manufatureiro e a uma tendência de diminuição de sua importância. Completa-se a história com a falta de diversificação produtiva nestas economias que passam a depender das importações para seu consumo. Ocampo (2017), reforça a existência de um problema de doença holandesa para o caso latino-americano durante o *boom* de preços de commodities e a crescente primarização das exportações acompanhada por uma perda de tecido produtivo nestas economias. Estes elementos de certa forma corroboram a tese cepalina de que as economias agroexportadoras tendem a perpetuar sua heterogeneidade estrutural.

Outra abordagem, no entanto, interpreta que a alta dos preços das commodities foi uma oportunidade para países abundantes em recursos naturais iniciarem um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Svampa (2013) destaca que o crescimento das atividades e das exportações intensivas em recursos naturais que se efetivou não apenas no Brasil, mas em boa parte da América Latina, ampliaram as teses de que esta abundância de recursos e sua exploração não são uma maldição e poderiam gerar, por meio deste neoextrativismo, divisas que não apenas promovessem o crescimento,

como permitissem a sua redistribuição. Conforme a autora forma-se entre os liberais, defensores das teses das vantagens comparativas, uma espécie de “consenso das commodities”, em favor deste modelo de desenvolvimento.

A partir desta interpretação, as atividades intensivas em recursos naturais administradas por instituições e políticas públicas adequadas podem passar por saltos de produtividade e aprimoramento técnico; garantir a oferta de matéria-prima para cadeias industriais; garantir a segurança alimentar; incentivar a criação de cadeias complexas; demandar e/ou transbordar inovação técnica de/para outros setores; avançar na fronteira tecnológica de indústrias de ponta e de recursos renováveis; possibilitar o acúmulo de receitas, divisas e capital necessários para a diversificação produtiva (BACHA, 2018; SINNOTT; NASH; DE LA TORRE, 2010).

3. Evolução do agronegócio e do comércio exterior no pib

Um elemento clássico nas análises sobre reprimarização e desindustrialização no Brasil é a participação do setor industrial no PIB. Autores como Bonelli e Pessôa (2010), que não acreditam que a desindustrialização seja um problema e que ressaltam a existência de modificações metodológicas nas séries históricas de cálculo do PIB e ilusão estatística⁷, aceitam que houve uma queda do valor adicionado da indústria no PIB nas últimas décadas.

Porém, é interessante analisar estes dados a partir da evolução da participação do agronegócio no PIB brasileiro. O agronegócio ganhou importância na pauta exportadora brasileira: as commodities agropecuárias responderam, em 2019, por 8 dos 10 produtos mais

⁷ A ilusão estatística se deve à terceirização que atingiu o setor industrial e acarretou a diminuição estatística de sua participação no PIB e a mudanças nos preços relativos que favoreceram a queda da participação da indústria, pois os preços industriais que ponderam a quantidade no cálculo do produto diminuíram frente a outros preços.

exportados pelo Brasil. O conceito de agronegócio envolve as atividades industriais e de serviços ligadas ao setor agropecuário. O efeito da expansão das atividades do núcleo primário agropecuário sobre outros setores da economia pode ser observado a seguir (Tabela 1).⁸

Tabela 1 – Decomposição do PIB do agronegócio como % do PIB brasileiro (1997-2019)

Período (média)	(A) Insumos	(B) Agropecuária	(C) Indústria	(D) Serviços	(A+B+C+D) Total
97-2000	0,78%	4,43%	10,28%	12,98%	28,45%
2001-2004	1,18%	5,75%	9,65%	12,50%	29,08%
2005-2008	1,05%	4,83%	7,70%	9,68%	23,25%
2009-2012	0,98%	4,83%	6,50%	8,65%	20,88%
2013-2016	0,98%	5,03%	6,03%	8,40%	20,40%
2017-2019	1,00%	5,00%	6,27%	8,83%	21,17%

Fonte: elaboração própria com dados do CEPEA/USP

Conforme mostra a Tabela 1, o agronegócio brasileiro perdeu importância relativa na renda nacional entre 1997 e 2012, quando se estabilizou na faixa de 20 a 22% do PIB. Esta queda está relacionada especialmente à queda da “porteira para fora”: a agroindústria e os agrosserviços, uma vez que os insumos e a agropecuária propriamente dita se mantiveram relativamente constantes no período.

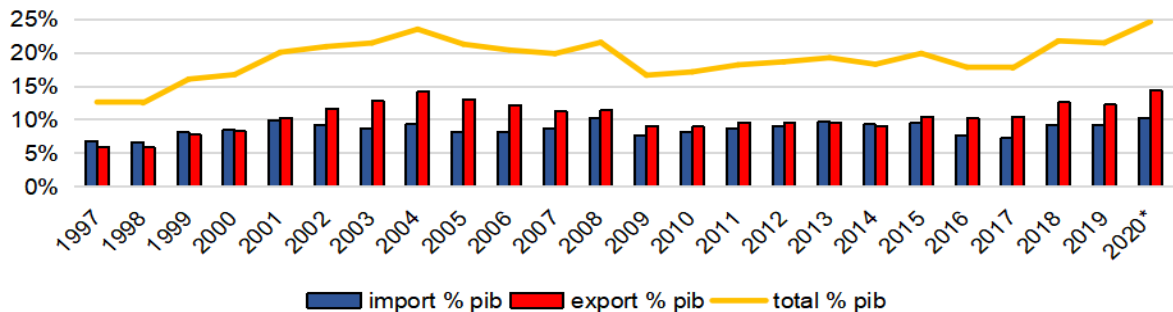
A Tabela 1 sugere que a reprimarização das nossas exportações, quando vista pelo lado da agropecuária, teve impacto pequeno sobre o próprio PIB do setor e efeitos reduzidos (ou mesmo negativos) nos encadeamentos produtivos, de modo que os produtos industriais e de serviços ligados ao agronegócio perderam participação relativa, o que auxilia na corroboração de um dos problemas destacados como problemáticos nas economias agroexportadoras: sua baixa ligação (*linkage*) ou seu baixo impacto nos demais setores.

Outra tendência a ser observada é a importância do comércio exterior para o Brasil. Conforme exibido no Gráfico 1, o volume total de comércio (exportações e importações), ampliou-se inicialmente entre 1998

⁸ Utiliza-se aqui a metodologia de construção do chamado agronegócio realizada pelo CEPEA da ESALQ/USP.

e 2004, a partir daí oscilando entre 15% e 23%. As importações superaram os 10% somente para os anos de 2008 e 2020, enquanto as exportações se mantiveram em média superiores, oscilando em torno de 15% do PIB.

Gráfico 1 – Importações e exportações brasileiras como porcentagem do PIB (1997-2020*)⁹



*2020 somente primeiro semestre.

Fonte: elaboração própria com dados do ComexStat, IBGE e IPEADData

A título de comparação, segundo o Banco Mundial (2020), a média global do volume de comércio (exportações e importações) como porcentagem do PIB se manteve acima de 40% desde 2002. O padrão brasileiro está muito próximo dos EUA (17% a 24%) e distante do Uruguai (23% a 50%), Paraguai (44% a 64%) e México (43% a 76%). Portanto, a economia brasileira possui uma diferença em relação aos outros países latino-americanos.

4. Evolução da balança comercial e dos principais parceiros

A balança comercial brasileira tem se mantido, em média, superavitária desde 2001. A Tabela 2 mostra, em dólares de 2019¹⁰, os valores de importações, exportações, saldo e volume, além da razão das exportações sobre as importações.

Tabela 2 – Balança comercial brasileira, em milhões de USD constantes de 2019 (1997-2019)

⁹ Para o período 1997-2019 foi utilizado o PIB em USD correntes do World Bank Data. Para o 1º semestre de 2020, foram somados os resultados do PIB dos dois primeiros trimestres do IBGE que foram convertidos em dólares com base na média das taxas de câmbio de compra e venda para o período (R\$5,13), calculada com dados do IPEADData.

¹⁰ Para atualizar o dólar americano foi utilizado o índice do deflator implícito do PIB dos EUA do World Bank Data. Para as análises do 1º semestre de 2020 foi acrescida a inflação de 1,2% nos EUA no 1º semestre de 2020, registrada pela plataforma Statista.

Período (média)	(A) Importações	(B) Exportações	(B-A) Saldo	(B+A) Volume	Razão (B/A)
97-2000	82.227,03	75.554,11	-6.672,92	157.781,13	0,92
2001-2004	73.084,46	96.802,13	23.717,67	169.886,59	1,33
2005-2008	140.367,04	185.449,66	45.082,62	325.816,70	1,37
2009-2012	218.252,71	241.427,63	23.174,92	459.680,35	1,11
2013-2016	210.505,22	225.158,36	14.653,13	435.663,58	1,10
2017-2019	168.135,13	230.615,01	62.479,88	398.750,13	1,37

Fonte: elaboração própria com dados do ComexStat

Na Tabela 2 se observa que o Brasil teve um crescimento do volume de comércio, atingindo o pico no período de 2009-2012, um crescimento de quase 3 vezes comparado com a média do período de 1997-2000. Porém, a partir de 2013, o Brasil entrou numa tendência de queda no volume de comércio, que caiu de US\$ 459 bilhões para US\$ 398 bilhões (15%). Mas, enquanto as importações tiveram quedas, as exportações se recuperaram, de modo que o saldo da balança atingiu níveis altos de superávit no período 2017-2019, quando sua média foi de US\$ 62,5 bilhões. Assim, de modo geral, o Brasil exportou mais do que importou.

A Tabela 3 mostra a evolução da participação dos três principais parceiros comerciais do Brasil (China, Estados Unidos e Argentina) nas nossas importações (como países de origem) e exportações (como países de destino). EUA e Argentina são parceiros históricos, enquanto a China passou a ser um dos três maiores parceiros somente na metade dos anos 2000.

Tabela 3 – Participação dos três maiores parceiros para as importações e exportações brasileiras (1997-2020*)

Período (média)	China		EUA		Argentina	
	Import	Export	Import	Export	Import	Export
97-2000	1,92%	1,83%	23,35%	20,98%	12,84%	12,29%
2001-2004	4,01%	4,90%	20,75%	23,72%	9,97%	6,70%
2005-2008	9,52%	6,86%	15,89%	16,91%	8,41%	8,87%
2009-2012	14,12%	16,12%	15,07%	10,40%	14,12%	16,12%
2013-2016	16,74%	18,93%	15,81%	11,99%	6,43%	7,20%
2017-2019	19,61%	25,69%	16,94%	12,58%	6,27%	6,27%
2020*	23,16%	33,56%	18,27%	9,92%	5,09%	3,65%

*2020: somente primeiro semestre.

Fonte: elaboração própria com dados do ComexStat

Na Tabela 3, observa-se o salto da economia chinesa na pauta de comércio brasileira. No período 1997-2000, 1,92% das importações brasileiras vinham da China, que recebia 1,83% das exportações. Sua importância foi crescendo paulatinamente, sendo o maior salto registrado na transição entre as décadas de 2000 e 2010. Nota-se que no período 2017-2019, a China foi a origem de 19,61% das importações e serviu como destino para 25,69% das exportações brasileiras, atingindo respectivamente 23,16% e 33,56% em 2020.

Esta figura contrasta com a queda da importância relativa de EUA e Argentina. No caso norte-americano, sua participação como destino de exportações caiu de 21% para 9,92% em 2020. A participação dos EUA nas importações brasileiras também sofreu queda, embora com alguma recuperação nos últimos anos. Já para a Argentina observa-se um movimento pendular. De 1997 a 2004, a Argentina perdeu participação, porém essa tendência foi revertida no período 2009-2012, quando atingiu recorde nas importações e nas exportações. A partir de então, a participação nas duas vias de comércio volta a cair, atingindo o ponto mais baixo do período em anos recentes.

A Tabela 4 mostra o volume de importações, exportações, saldo e volume total, em dólares de 2019, para China, EUA e Argentina. Nesta tabela se observa que o volume de comércio entre Brasil e China passou de cerca de US\$ 3 bilhões para US\$ 92 bilhões. Entre 1997 e 2012, as importações e as exportações cresceram em ritmos parecidos. Porém, de 2009 em diante as importações se mantiveram constantes na faixa dos US\$ 30 a 35 bilhões, enquanto as exportações saltaram para quase US\$ 60 bilhões, o que gerou sistemáticos saldos positivos para o Brasil.

Tabela 4 – Balança comercial do Brasil com a China, EUA e Argentina em milhões de USD constantes de 2019 (1997-2019)

Balança comercial com a China, em milhões de USD constantes (2019)				
Período (média)	(A) Importações	(B) Exportações	(B-A) Saldo	(B+A) Volume
97-2000	1.577,22	1.389,05	-188,17	2.966,27
2001-2004	2.963,66	4.894,82	1.931,16	7.858,48
2005-2008	14.025,57	13.033,37	-992,20	27.058,94
2009-2012	31.249,29	39.536,07	8.286,78	70.785,36
2013-2016	34.915,91	42.637,37	7.721,47	77.553,28
2017-2019	33.041,44	59.324,06	26.282,62	92.365,49
Balança Comercial com os EUA, em US\$ constantes (2019)				
Período (média)	(A) Importações	(B) Exportações	(B-A) Saldo	(B+A) Volume
97-2000	19.178,16	15.819,79	-3.358,37	34.997,95
2001-2004	15.125,94	22.641,97	7.516,03	37.767,91
2005-2008	21.960,05	30.756,17	8.796,12	52.716,22
2009-2012	32.739,16	25.173,19	-7.565,97	57.912,35
2013-2016	32.902,55	26.767,13	-6.135,42	59.669,68
2017-2019	28.498,62	28.986,20	487,58	57.484,82
Balança comercial com a Argentina, em US\$ constantes (2019)				
Período (média)	(A) Importações	(B) Exportações	(B-A) Saldo	(B+A) Volume
97-2000	10.604,79	9.299,62	-1.305,17	19.904,41
2001-2004	7.275,38	6.574,58	-700,80	13.849,97
2005-2008	11.650,38	16.514,18	4.863,79	28.164,56
2009-2012	17.043,93	20.780,55	3.736,62	37.824,49
2013-2016	13.568,77	16.301,65	2.732,88	29.870,43
2017-2019	10.547,90	14.449,78	3.901,88	24.997,68

Fonte: elaboração própria com dados do ComexStat

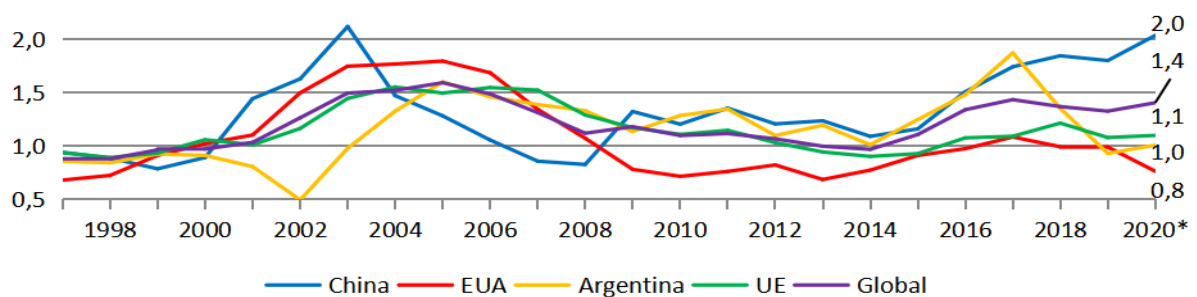
Embora os EUA tenham perdido participação na pauta, o volume de comércio do Brasil com esse país aumentou da faixa dos US\$ 35 bilhões para próximo de US\$ 53 bilhões entre 2005-2008, nível em que tem se mantido. Como tendência geral, tanto o volume das exportações quanto das importações do Brasil a partir deste país aumentou, embora no período recente tenha havido queda das importações.

Por último, a Tabela 4 demonstra que a relação comercial do Brasil com a Argentina se destaca pelo caráter oscilatório. Para o período 2017-2019, o volume foi ligeiramente superior ao do período 1997-2000, sendo que as importações estão em patamar quase idêntico (cerca de US\$ 10 bilhões), enquanto as exportações passaram de US\$ 9 bilhões a US\$ 14,5 bilhões. Isto significa que embora a Argentina tenha perdido importância

relativa como parceiro comercial, os fluxos de comércio com este país não diminuíram, em termos absolutos, até 2019.

Visto que os volumes de comércio, em dólares, com cada um desses parceiros são muito distintos, uma forma de torná-los comparáveis é utilizar a razão das exportações pelas importações, conforme apresentado no Gráfico 2. Resultados maiores do que 1 significam, do ponto de vista brasileiro, balança superavitária, e menores do que 1, deficitárias.

Gráfico 2 – Razão exportação/importação, Brasil – parceiros selecionados (1997-2020*)



*2020: somente primeiro semestre.

Fonte: elaboração própria com dados do ComexStat

Pelo Gráfico 2, a relação comercial com a China tem sido superavitária desde 2001, com a exceção de um curto período entre 2007 e 2009. A dimensão deste superávit em 2020 chega a 2, isto é, o Brasil exportou para a China, no primeiro semestre de 2020, aproximadamente o dobro do que importou. É uma relação bastante acima da linha que corresponde à razão média para todos os parceiros comerciais (linha "Global"). A relação com os EUA tem estado abaixo da média desde 2008 e a relação com os argentinos foi a que mais oscilou. A linha média mostra que o Brasil tem desfrutado de superávits de aproximadamente 30% desde 2016. Além disso, destaca-se que a relação com a China não somente é a mais superavitária em termos absolutos, mas também em termos relativos.

5. Principais produtos

A participação das commodities primárias na pauta de exportação brasileira vem aumentando, em grande parte devido ao crescimento das exportações para a China, desde o início dos anos 2000 (DE NEGRI; ALVARENGA, 2010). Em 2019, segundo dados do ComexStat, os 10 bens mais exportados pelo Brasil, em ordem de valores, foram: soja, petróleo, minério de ferro, milho, celulose, farelo de soja, carne bovina, frango, café, açúcar de cana. Destes 10 produtos, 8 pertencem à cadeia do agronegócio. Para 5 deles, foi possível fazer uma análise da proporção da produção exportada¹¹, e da proporção das exportações que têm a China como destino. Esta análise está descrita na Tabela 5¹².

Pela Tabela 5, apenas a soja tem tido suas exportações concentradas para a China. De fato, em 2019, a soja representou 32,3% das exportações para a China. Porém, observa-se que apesar da grande importância da China, nem todas as exportações de commodities agropecuárias são concentradas para este país.

Tabela 5 - Porcentagem exportada da produção brasileira, em peso – produtos selecionados (1997-2020*)

Período (média)	Soja		Milho		Café		Carne		Frango	
	% export	% China	% export	% China	% export	% China	% export	% China	% export	% China
97-2000	31,28%	9,06%	0,32%	N/D	32,26%	0,01%	4,42%	0,08%	18,29%	1,12%
2001-2004	39,06%	26,64%	10,17%	0,07%**	54,95%	0,04%	15,79%	0,13%	31,88%	1,25%
2005-2008	43,22%	41,50%	11,22%	1,31%	60,68%	0,03%	23,52%	0,01%	36,91%	1,43%
2009-2012	46,54%	64,48%	20,12%	0,34%	61,14%	0,08%	18,01%	0,59%	35,55%	4,03%
2013-2016	53,57%	74,24%	31,97%	0,40%	66,04%	0,16%	20,00%	6,06%	33,06%	7,93%
2017-2019	64,95%	79,84%	33,56%	0,17%	62,29%	0,35%	23,58%	24,53%	32,71%	11,90%
2020*	N/D	71,74%	N/D	0,00%	N/D	0,34%	28,57%	47,15%	33,62%	17,18%

% export = % da produção nacional exportada

% China = % das exportações com destino à China sobre o total de exportações

*Somente primeiro semestre

**Média para o período 2002-2004, anos anteriores não disponíveis

Fonte: elaboração própria com dados do ComexStat, IPEData e IBGE

¹¹ Os bens não contemplados pela análise foram: farelo de soja, celulose e açúcar, por se tratarem de produtos cujos processamentos implicam em alteração de massa, não se podendo estabelecer relação direta entre o peso da produção das matérias-primas com seus derivados exportáveis.

¹² Os detalhes de sua elaboração podem ser encontrados no Apêndice, no final do artigo.

Outra informação da Tabela 5 é que, embora haja uma tendência de aumento da parcela da produção exportada para todas as commodities selecionadas, o mercado interno também recebe parte importante da produção. Dos 5 produtos, somente a soja e o café têm mais de 50% de sua produção exportada. O milho só recentemente encontrou espaço na pauta exportadora, tendo estabilizado a parcela da produção exportada em torno de 30% desde 2013. Com relação às carnes bovinas e ao frango, podemos observar que suas exportações representam, respectivamente, em torno de 20% e 30% desde o início dos anos 2000, apesar da crescente participação chinesa para absorvê-las. Desta forma, são produtos cujos mercados internos são estruturalmente mais importantes do que os externos.

Para os cinco produtos selecionados, a Tabela 6 apresenta uma análise da evolução, em índice, das exportações (em peso), do consumo interno (deduzido pela diferença, em peso, entre quantidade produzida e a quantidade exportada), e da produtividade média (toneladas por hectare, somente para soja, milho e café) entre 1997 e 2019.

No caso da soja, constata-se que as exportações aumentaram em 8,88 vezes entre 1997 e 2019. O consumo interno aumentou 2,22 vezes, enquanto a produtividade média aumentou 39%. No caso do milho, as exportações aumentaram 116,5 vezes no mesmo período. O consumo interno aumentou 79%, enquanto a produtividade média 2,2 vezes. Já o café teve uma evolução mais tímida. No fim do período abordado, as exportações cresceram 2,57 vezes, o que pode ser explicado pelo fato de o café já ser uma cultura de exportação tradicional brasileira, com mercado consolidado, além de não ser uma das commodities inclusas na demanda chinesa (como mostra a Tabela 5).

Tabela 6 – Exportações, consumo interno e produtividade de commodities selecionadas (1997-2019, 1997 = 1)

Ano	Soja			Milho			Café			Carne		Frango	
	Export.	Cons. Int.	Prod.	Export.	Cons. Int.	Prod.	Export.	Cons. Int.	Prod.	Export.	Cons. Int.	Export.	Cons. Int.
1997	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1998	1,11	1,22	1,02	0,04	0,91	1,07	1,15	1,50	1,32	1,54	1,01	0,95	1,11
1999	1,07	1,22	1,03	0,05	0,99	1,06	1,46	1,26	1,19	2,88	1,10	1,19	1,21
2000	1,38	1,18	1,05	0,05	0,99	1,04	1,11	1,79	1,36	3,60	1,12	1,40	1,28
2001	1,88	1,23	1,18	15,33	1,11	1,30	1,44	1,50	1,26	6,99	1,17	1,93	1,32
2002	1,91	1,45	1,12	7,54	1,02	1,17	1,79	0,67	0,89	8,20	1,26	2,48	1,35
2003	2,38	1,78	1,22	9,74	1,37	1,42	1,58	0,39	0,67	11,81	1,26	2,98	1,29
2004	2,30	1,68	1,00	13,71	1,13	1,28	1,62	0,66	0,84	17,52	1,42	3,75	1,36
2005	2,67	1,60	0,97	3,03	1,04	1,16	1,56	0,50	0,74	20,56	1,49	4,28	1,51
2006	2,98	1,53	1,04	10,93	1,19	1,29	1,70	0,69	0,90	23,12	1,60	4,00	1,66
2007	2,84	1,89	1,22	29,98	1,26	1,44	1,71	0,48	0,80	24,30	1,62	4,66	1,78
2008	2,94	1,96	1,23	17,72	1,61	1,56	1,81	0,77	1,02	19,27	1,60	5,05	2,07
2009	3,42	1,59	1,15	21,39	1,32	1,42	1,89	0,50	0,92	17,54	1,65	5,05	1,99
2010	3,49	2,20	1,28	29,63	1,36	1,66	2,06	0,70	1,09	17,97	1,74	5,36	2,15
2011	3,95	2,32	1,36	26,07	1,41	1,61	2,06	0,57	1,02	15,53	1,73	5,53	2,34
2012	3,95	1,82	1,15	54,08	1,57	1,91	1,73	0,97	1,16	17,82	1,86	5,51	2,38
2013	5,13	2,16	1,27	72,64	1,64	2,00	1,96	0,80	1,15	22,36	2,01	5,50	2,52
2014	5,48	2,27	1,25	56,55	1,81	1,97	2,29	0,51	1,14	22,69	1,97	5,65	2,66
2015	6,51	2,39	1,32	79,10	1,72	2,11	2,31	0,40	1,08	20,25	1,85	6,03	2,78
2016	6,19	2,48	1,26	59,86	1,29	1,63	2,10	0,76	1,23	20,33	1,80	6,14	2,78
2017	8,17	2,58	1,47	80,13	2,10	2,14	1,90	0,65	1,21	22,75	1,85	6,11	2,90
2018	9,98	1,92	1,48	62,77	1,82	1,95	2,11	1,09	1,54	25,35	1,88	6,01	2,90
2019	8,88	2,23	1,39	116,58	1,79	2,20	2,57	0,49	1,34	29,63	1,86	6,32	2,84

Fonte: elaboração própria com dados do ComexStat, IPEADATA e IBGE

A absorção doméstica da produção cafeeira passou por uma grande queda a partir dos anos 2000, oscilando desde então entre 50% e 100% dos valores do início do período abordado. A produtividade, por sua vez, passou por momentos de evolução negativa entre 2003 e 2010, em seguida voltou a crescer e terminou o período com aumento de 1,34 vezes. O café é o único caso claro, entre as culturas abordadas, em que o aumento nas exportações foi acompanhado de uma diminuição simultânea do consumo interno. Todos os outros produtos abordados apresentam aumento (embora assimétricos) das exportações e do consumo interno.

Finalmente, a exportação de frango aumentou 6,3 vezes, contra 30 vezes da carne bovina. Já o consumo interno de frango aumentou 2,8 vezes, contra 1,86 da carne bovina. Essa diferença poderia se explicar, primeiramente, porque o Brasil só recentemente passou a disputar o mercado internacional de carne com produtores como Uruguai e Argentina. Além disso, o aumento da área de pastagem em direção à

fronteira agrícola deve ter favorecido os níveis totais de produção. Já a produção avícola brasileira possui boa competitividade há mais tempo.

Vale ressaltar, como mostra a Tabela 5, que estes dois produtos pecuários não têm suas exportações concentradas para a China. No caso da carne bovina, até 2017, somente cerca de 6% da produção era destinada à China, abocanhando em 2019 cerca de 20%, embora em 2020 essa parcela tenha chegado a 47% no primeiro semestre. No caso do Frango, a China passou de atrair 1%, no período 1997-2000, a 10% (período 2017-2019) das exportações, uma fatia ainda relativamente baixa, apesar da tendência de crescimento observada em 2020.

6. Considerações finais

O modelo agroexportador, concebido nos anos 50, parece necessitar de adaptações para analisar o momento contemporâneo do caso brasileiro. Apesar do avanço do setor exportador no período recente, a dependência das exportações para a geração de renda se modificou, e o mesmo se dá em relação às importações. Ou seja, o movimento de desindustrialização e crescimento das exportações de produtos primários não permite que estabeleçamos atualmente uma distância nas mesmas proporções entre a estrutura produtiva brasileira e seu padrão de consumo como pode ser feita para o Brasil do início do Século XX.

Porém, algumas observações devem ser feitas. Primeiramente, com relação à caracterização do Brasil como um país cuja estrutura produtiva está mais concentrada na produção de bens naturais, à semelhança da maioria dos países-latino americanos, os dados mostram que é necessário diferenciar a primarização da pauta exportadora e a da estrutura produtiva. No que diz respeito à cadeia do agronegócio, este setor perdeu importância relativa no produto nacional, ao mesmo tempo em que ganhou na pauta de exportações. Existe um indicativo de que este movimento de primarização das exportações tem efeitos baixos sobre

outras atividades, ou seja, mesmo que as exportações de produtos primários tenham crescido, este crescimento tem efeitos reduzidos sobre outros setores, mesmo os diretamente atrelados à agropecuária.

Novamente se coloca a pergunta feita anteriormente: até onde a atual pauta de exportação, com uma participação maior de bens primários, se adequa à tese Prebisch-Singer? Eventualmente, grande parte deste crescimento poderia estar vinculado à exportação de produtos primários de maior valor agregado, além da possibilidade de uma diversificação na pauta de exportações destes bens (BACHA; VINICIOS DE CARVALHO, 2014). É importante frisar que, apesar da situação vantajosa atual, são necessárias políticas públicas que incentivem o bom uso dessa vantagem na criação de um panorama estável para os períodos de baixa cíclica. Ocampo (2017) confirma a visão de uma tendência a ciclos mais baixos de preços na segunda década do século XXI e mostra que estas políticas de atenuação de efeito cíclico não foram executadas pelos governos latino-americanos no período recente. Assim, da mesma forma que a crítica cepalina já estabelecia, esta reprimarização exige um grande cuidado frente à instabilidade cíclica e a vulnerabilidade externa. Ocampo (2017) também conclui que ocorreu uma espécie de doença holandesa na América Latina no período, mostrando outro lado problemático desta reprimarização, a valorização cambial em alguns momentos.

O crescimento chinês tem implicações permanentes e estruturais para a pauta exportadora latino-americana. A China é hoje o principal parceiro comercial brasileiro. Sua demanda por matéria-prima resultou num superciclo de preços que concentrou as exportações brasileiras em bens intensivos em recursos naturais. Porém, pudemos observar que, para o Brasil, apesar da grande importância chinesa, nem todas as commodities agropecuárias têm exportação concentrada para a China. Mais ainda, nem todas essas commodities têm a maior parte da sua produção diretamente exportada, ou seja, são consumidas pelo mercado interno.

Por fim, observou-se que a relação comercial do Brasil com a China é particularmente superavitária em termos relativos e absolutos. Isto significa que, por um lado, a exportação de commodities pode ser vista como positiva, pois contribui para a estabilidade macroeconômica do país. Verificamos que, ao menos para os produtos analisados, as produções destas commodities são acompanhadas por ganhos sustentados de produtividade média, com uma maior diversificação de exportações. Este fato é positivo do ponto de vista do aprimoramento tecnológico e seu potencial derramamento para outros setores, embora alguns estudos apontem que os ganhos de produtividade são desigualmente distribuídos entre distintas regiões, culturas e tamanhos de propriedade, conforme Rada, Helfand e Magalhães (2017), e que a interface destas exportações com outros setores produtivos nacionais não parece ser muito grande, fazendo com que este padrão de desenvolvimento não resolva as situações de heterogeneidade estrutural levantada. Pelo contrário, ao que parece existe uma tendência de diminuir e perder os pequenos ganhos ocorridos neste sentido ao longo da segunda metade do século XX.

Ressaltamos a necessidade de que futuros estudos confirmem se estas tendências são recorrentes na América Latina, ou se o Brasil se trata de um caso peculiar. Para isto, devem ser empreendidos tanto estudos de recorte regional, quanto novos estudos de caso. Alguns dos pontos levantados neste artigo que podem ser trabalhados são a verificação detalhada da participação da cadeia do agronegócio e seus distintos componentes nos produtos de outros países latino-americanos; a importância relativa do mercado externo frente ao mercado doméstico como destino da produção agropecuária dos países da região; a evolução, caso a caso, da balança comercial de outros países latino-americanos, se esta segue o mesmo padrão de paulatina substituição das parcerias ocidentais tradicionais pela China, e quais são os produtos privilegiados nestas relações; e a verificação do aumento da produtividade média

agropecuária da região, especialmente para os casos dos produtos mais exportados.

Assim, será possível delimitar até que ponto a região latino-americana, como um todo, pode ainda ser compreendida através do prisma das teorias cepalinas, ou se são necessários modelos atualizados que expliquem mais satisfatoriamente a nova realidade regional - estaria havendo um aumento generalizado do valor agregado e da diversificação dos produtos agropecuários latino-americanos, ou esta seria uma tendência apenas pontual? Seria possível observar a mesma diminuição do *linkage* na cadeia produtiva do agronegócio de outros países da região? Mais ainda, seria possível observar uma tendência geral para toda a região, ou seria mais preciso abordar a América Latina como distintas sub-regiões? Estas análises são necessárias para o avanço do debate sobre o lugar que a América Latina ocupa na configuração econômica global contemporânea e as oportunidades para seu desenvolvimento sócio-econômico.

7. Referências

BACHA, Carlos José Caetano; VINICIOS DE CARVALHO, Leandro. What Explains the Intensification and Diversification of Brazil's Agricultural Production and Exports from 1990 to 2012? **IRIBA Working Paper 2**, 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2470995>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2018.

BANCO MUNDIAL. Merchandise trade (% of GDP). **World development indicators**. The World Bank Group. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/TG.VAL.TOTL.GD.ZS?end=2018&locations=US-UY-PY-MX-1W&start=1997&view=chart>. Acesso em: 18 jun. 2020.

BÉRTOLA, Luis; OCAMPO, José Antonio. **Desenvolvimento, vicissitudes e desigualdade: uma história econômica da América Latina desde a Independência**. Secretaria Geral Iberoamericana, 2010. Disponível em: <https://www.segib.org/wp-content/uploads/Historia-Economica-AL-PORT.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2021.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. **FGV/IBRE texto para discussão n. 07**, março

2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/11689>. Acesso em: 23 mai. 2021.

BULMER-THOMAS, Victor. **The economic history of Latin America since independence**. Cambridge University Press, 1995.

CAROLINO, Andressa Cristina Xavier Gomes *et al.* Rendimento e composição de carcaça de frangos de corte alimentados com dietas contendo sorgo grão inteiro. **Bioscience Journal**, 30(4), 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/biosciencejournal/article/view/22015>. Acesso em: 24 nov. 2020.

DE NEGRI, Fernanda; ALVARENGA, Gustavo Varela. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. **Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, 13, 7-14, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/110509_radar13_ca_p1.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020.

ERTEN, Bilge; OCAMPO, José Antonio. Super cycles of commodity prices since the mid-nineteenth century. **World Development**, 44, 14-30, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.11.013>. Acesso em: 24 nov. 2020.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O processo de substituição de importações**. São Paulo: LCTE, 2009.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: LIA Ed., 1966.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina 2^a ed.** Rio de Janeiro: LIA Ed., 1970

GREMAUD, Amaury Patrick.; DE VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; TONETO JR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2004.

HELFAND, Steven M. Interest groups and economic policy: Explaining the pattern of protection in the Brazilian agricultural sector. **Contemporary Economic Policy**, 18(4), 462-476, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1465-7287.2000.tb00042.x>. Acesso em: 24 nov. 2020.

KANNEBLEY JR, Sergio; GREMAUD, Amaury Patrick. The secular trend of Brazilian terms of trade revisited: 1850-2000. **Revista de Econometria**, Rio de Janeiro: SBE, v. 23, n.1, p. 111-142, 2003 .

LEDIC, Ivan Luiz; TONHATI, Humberto; FERNANDES, Leonardo de Oliveira. Rendimento integral de bovinos após abate. **Ciência Agrotécnica**, 24(1), 272-277, 2000. Disponível em:

<https://pt.engormix.com/pecuaria-corte/artigos/rendimento-integral-bovino-s-apos-t38093.htm>. Acesso em: 24 nov. 2020.

LIMA, Maria Regina Soares de; SANTOS, Fabiano. O Congresso e a política de comércio exterior. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, (52), 121-149, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452001000100006>. Acesso em: 24 nov. 2020.

OCAMPO, José Antonio. Commodity-Led Development in Latin America. **Revue internationale de politique de développement**, n. 9, outubro de 2017. Disponível em: www.jstor.org/stable/10.1163/j.cttlw76w3t.11. Acesso em: 23. mai. 2021.

PAMPLONA, João Batista; CACCIAMALI, Maria Cristina. O paradoxo da abundância: recursos naturais e desenvolvimento na América Latina. **Estudos Avançados**, 31(89), 251-270, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890020>. Acesso em: 24 nov. 2020.

PREBISCH, Raúl. Notas sobre el intercambio desde el punto de vista periférico. **Revista da CEPAL**, n. 28, abril 1986. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/11914>. Acesso em: 23 mai 2021.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BELSCHOWSKY, R. (org) **50 anos de pensamento na CEPAL**, Rio de Janeiro, Record, 2000. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1621/S33098N962Av1_pt.pdf. Acesso em: 25 mai. 2021.

RADA, Nicholas; HELFAND, Steven; MAGALHÃES, Marcelo. Agricultural productivity growth in Brazil: large and small farms excel. **Food Policy**, 84, 176-185, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2018.03.014>. Acesso em: 24 nov. 2020.

SINNOTT, Emily; NASH, John; DE LA TORRE, Augusto. **Los recursos naturales en américa latina y el caribe: más allá de bonanzas y crisis?** Washington: Banco Mundial, 2010. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/2482/555500PUB00SPA00Box0361492B0PUBLIC0.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em: 23 mai. 2021.

SVAMPA, Maristella Noemi. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, março/abril, 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 23 mai. 2021.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 11ª ed. Zahar, 1983.

APÊNDICE - Notas metodológicas

Proporções exportações/produção

Para o cálculo da proporção de exportações sobre a produção (Tabela 5), foi utilizado o peso das exportações, obtidos no ComexStat, dividido pela quantidade anual produzida, disponibilizada pelo IPEADData e pelo IBGE/PAM, ambos em toneladas.

Soja: o peso das exportações está composto pela somatória dos pesos exportados dos seguintes códigos da NCM (Norma Comum do Mercosul): 12019000 (Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira), 12011000 (Soja, mesmo triturada, para sementeira), 12081000 (Farinha de soja), 12010090 (Outros grãos de soja, mesmo triturados), 12010010 (Soja para sementeira).

Milho: o peso das exportações está composto pela somatória dos pesos exportados dos seguintes códigos da NCM: 10059010 (Milho em grão, exceto para sementeira), 11022000 (Farinha de milho), 11081200 (Amido de milho), 10051000 (Milho para sementeira), 10059090 (Milho, exceto em grão), 11042300 (Outros grãos trabalhados, por exemplo, descascados, em pérolas, cortados ou partidos, de milho), 07099919 (Milho doce, frescos ou refrigerados, exceto para sementeira), 07099911 (Milho doce, frescos ou refrigerados, para sementeira), 07099019 (Milho doce, fresco ou refrigerado, exceto para sementeira), 07099011 (Milho doce, para sementeira).

Café: o peso das exportações está composto pela somatória dos pesos exportados dos seguintes códigos da NCM: 09011110 (Café não torrado, não descafeinado, em grão), 09011190 (Café não torrado, não descafeinado, exceto em grão), 09019000 (Casca, películas de café e sucedâneos do café).

Para o caso das carnes, os dados fornecidos pelo IPEADData e pelo IBGE/Abate de Animais para a produção corresponde ao peso da carcaça abatida. Assim, para cada uma dessas criações, foi estipulado um fator de aproveitamento da carcaça para carnes de corte, de acordo com pesquisa bibliográfica.

Carne bovina: o fator de aproveitamento da carcaça é de 72,59% (LEDIC et al., 2000). O peso das exportações está composto pela somatória dos pesos exportados dos seguintes códigos da NCM: 02023000 (Carnes desossadas de bovino, congeladas), 02013000 (Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas), 02102000 (Carnes de bovinos, salgadas/em salmoura/secas/defumadas).

Frango: o fator de aproveitamento da carcaça é de 89,44% (CAROLINO et al., 2014). O peso das exportações está composto pela somatória dos pesos exportados dos seguintes códigos da NCM: 02071400 (Pedacos e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados), 02071200 (Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedacos, congelada), 02109911

Romeu Bonk Mesquita
Edgard Monforte Merlo
Amaury Patrick Gremaud

(Carnes de galos e de galinhas), 02071300 (Pedacos e miudezas, de galos/galinhas, frescos/refrigerados), 02109919 (Outras carnes de galos e galinhas), 02071100 (Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedacos, frescas/refrigeradas).